

Justiça em

ano VI - fevereiro 2012 - número 27



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Diretoria do Foro

Em entrevista exclusiva, Carlos Alberto Loverra
compartilha sua experiência como gestor
e os desafios na administração da
maior Seção do país

NESTA EDIÇÃO

COMISSÃO DA QUALIDADE DE VIDA

TERCEIRIZAÇÃO DO ARQUIVO

ESCOLA DE SERVIDORES

PERFIL REGIONAL DE MARÍLIA

Intercâmbio

Neste espaço posso compartilhar as experiências à frente dos trabalhos que desenvolvo na Seção Judiciária de São Paulo e, conseqüentemente, por este canal passo a ter contato com meus colegas, bem como com os demais Diretores do Foro de outras regiões, com os excelentíssimos Desembargadores e Ministros dos nossos Tribunais Superiores e com todos os servidores do estado de São Paulo.



Nesta edição fui convidado para uma entrevista, aproveitando a oportunidade para compartilhar as experiências como magistrado na Justiça Federal, além do prestar contas de parte do trabalho desenvolvido na Diretoria do Foro. Fico feliz em poder compartilhar isso com todos os leitores que acompanham os trabalhos e desafios diários da Justiça Federal de São Paulo.

O leitor também terá oportunidade de saber como está sendo a terceirização da guarda do arquivo da Justiça Federal, projeto inovador que permitirá, dentre outros aspectos, a liberação de espaço físico nas Subseções para ampliação do atendimento, a adequação climática para armazenamento dos arquivos, o aumento na celeridade no atendimento das solicitações de desarquivamento e a economia de recursos financeiros e humanos.

E por falar em recursos humanos, revelamos o projeto da Escola de Servidores, que visa melhorar ainda mais a especialização e formação dos nossos servidores. Falamos também sobre a Comissão de Qualidade de Vida, que ampliará o projeto iniciado na capital para todo o estado e que tem como presidente a Juíza Federal Rosana Pagano. Desejo a ela e a todos que compõem este grupo ótimos resultados. Tenho certeza que os trabalhos desta comissão contribuirão de maneira efetiva para a promoção da qualidade de vida dos nossos colaboradores. Por fim, temos o perfil regional da Subseção Judiciária em Marília, importante cidade localizada no coração do nosso estado.

Desejo a todos uma ótima leitura. Agradeço imensamente aos colaboradores que permitiram à nossa área de comunicação a coleta de dados e a elaboração de mais esta edição. Esta colaboração é fundamental para a transparência e para o desenvolvimento democrático que tanto almejamos.

CARLOS ALBERTO LOVERRA
Juiz Federal Diretor do Foro

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Carlos Alberto Loverra

Juízes federais vices-diretores do foro
José Henrique Prescendo (capital)
Roberto da Silva Oliveira (interior)

Diretor da Secretaria Administrativa
Oscar Paulino dos Anjos

Diretor do Núcleo de Comunicação Social
Helio C. Martins Junior

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Coaracy Caracas
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Fernando Coleti

Estagiários
Cintia Ranusia
Rafaella Rodrigues
Matheus Henrique

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a versão virtual da revista em
<http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>



Comissão de Qualidade de Vida.....	03
Aconteceu	04
Entrevista Diretor do Foro	06
Escola de Servidores	08
Terceirização do Arquivo	09
Perfil Regional: Marília	10
Livros e Memória	11
Imagem da Vez	11

Comissão de Qualidade de Vida

Cíntia Ranusia Carvalho

A Justiça Federal se preocupa com o bem-estar de seus funcionários e há tempos vem promovendo práticas que melhorem os aspectos físico, mental e emocional de seus servidores. Uma novidade dá continuidade e um “up” nesse trabalho: a criação da “Comissão de Qualidade de Vida”, pela Portaria 76/2011, da Diretoria do Foro.

Segundo a Portaria, a melhora da qualidade de vida dos funcionários “reflete diretamente no bem-estar

organizacional, otimizando as relações de trabalho”. A Comissão chega à instituição para promover a saúde nos diversos aspectos já mencionados e também melhorar o ambiente de trabalho e a vida profissional.

As incumbências da comissão são: promover a saúde; mapear os estilos de vida (para criar medidas que resolvam os possíveis problemas); criar um grupo itinerante para visitar os postos de trabalho da Seção Judiciária e analisar as condições de trabalho, entre outros fatores; integrar e fazer parcerias com entes públicos ou privados e desenvolver ações sustentáveis voltadas à efetiva integração da organização com o meio ambiente.

A Comissão, presidida pela juíza federal da 2ª Vara em Piracicaba, Rosana Campos Pagano, é constituída por representantes oriundos das onze unidades administrativas regionais e possui um servidor representante de cada área ligada aos projetos de qualidade de vida: Subsecretaria Judiciária e de Gestão de Recursos Humanos, Núcleo de Saúde, Setor de Prevenção e Qualidade de Vida, Agenda Cultural e Convênios e Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos. O mandato dos servidores que compõem a Comissão é de um ano, autorizada a recondução pelo mesmo período.

O intuito da “Comissão de Qualidade de Vida”, segundo a presidente juíza federal Rosana Pagano, é desenvolver um programa anual abrangendo toda a Seção

Judiciária de São Paulo, que valorize os servidores como seres humanos e profissionais. “Algumas ações já são desenvolvidas na capital, a partir da iniciativa de servidores de setores especializados, através da realização de convênios, visando favorecer a saúde, tais como, ginástica laboral, dança de salão, dentre outras. Medidas que também tiveram início em Santo André e Campinas”, diz.

Eduardo Manelli Rizzoli, diretor da Subsecretaria

Judiciária e de Gestão de Recursos Humanos (UREC), integrante da Comissão, explica que dentro das ações da Comissão, merece destaque o funcionamento do ambulatório médico no prédio administrativo. “Não existia na Seção Judiciária, ambulatório médico que atendesse as determinações dos mais diversos órgãos municipais e de classe, fiscalizadores do exercício da profissão. Instalado o ambulatório, no ano de 2011, realizamos a Campanha de Vacinação contra a Gripe em todos os servidores da Seção Judiciária”, diz. Para Eduardo, com o fato de

concentrar num único prédio todos os servidores da área de saúde, ganha-se força crítica para planejar e executar as ações voltadas à qualidade de vida. Além disso, destaca que outras ações já estão em andamento para serem estendidas a toda Seção Judiciária: campanhas permanentes de vacinação; convênio com o programa vigilantes do peso; campanhas de doação de sangue; ações de prevenção em saúde, com a abordagem de temas como tabagismo, diabetes, sedentarismo entre outras e palestras e workshops que discutirão temas ligados à qualidade de vida.

A importância fundamental da “Comissão de Qualidade de Vida”, segundo Eduardo, é que os servidores e também os magistrados podem ter a segurança da existência na Seção Judiciária de um grupo de pessoas que estão pensando em ações próprias e específicas voltadas à melhoria da qualidade de vida. “Estou certo que iniciamos um caminho sem volta. Teremos muitos frutos a colher com o trabalho que será desenvolvido, mas não podemos perder de vista que o sucesso do trabalho dependerá do envolvimento de todos nós, integrante ou não da Comissão”.

Quem quiser participar da Comissão com sugestões, basta enviar mensagem para o endereço eletrônico adm_comissaoqvt@jfsp.jus.br. “Vamos fazer da Comissão um veículo aberto e permanente de debates sobre melhoria da qualidade de vida”, finaliza Eduardo.



Juíza Federal Rosana Pagano
Presidente da Comissão de
Qualidade de Vida



Reunião da Comissão de Qualidade de Vida realizada no Administrativo Central

Fotos: Fernando Coletti



LINS – A Foi inaugurada a 1ª vara federal da cidade, sendo a 42ª Subseção Judiciária do estado, instalada no mesmo endereço do Juizado Especial Federal, na rua José Fava, 460.



Fotos: Jefferson Messias



JEF/SÃO VICENTE – No dia 4/11, foi inaugurado mais um Juizado Especial Federal da 3ª Região, localizado no município de São Vicente (75km da capital), litoral paulista. Com a instalação deste JEF, a Seção Judiciária passou a ter 41 Subseções no estado.



Foto: Fernando Coletti



NOTAS FISCAIS – Foi realizado, no auditório do JEF/SP, a palestra “Notas Fiscais: aspectos importantes e mudanças recentes”, ministrada pelo diretor da Subsecretaria de Licitações e Finanças, Sérgio Tinoco Filgueiras. O evento reuniu servidores gestores de contratos e teve transmissão por videoconferência para as subseções do interior.



FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS – A palestra “O passo a passo da fiscalização”, ministrada pelo diretor do Núcleo de Contratos, Amauri Miranda de Jesus, e pela diretora do Núcleo de Controle Interno, Ana Lucia Afonso Pereira, teve por objetivo padronizar os procedimentos e responsabilidades referentes à gestão e fiscalização de contratos.

Fotos: Fernando Coletti

Foto: Fernando Coletti

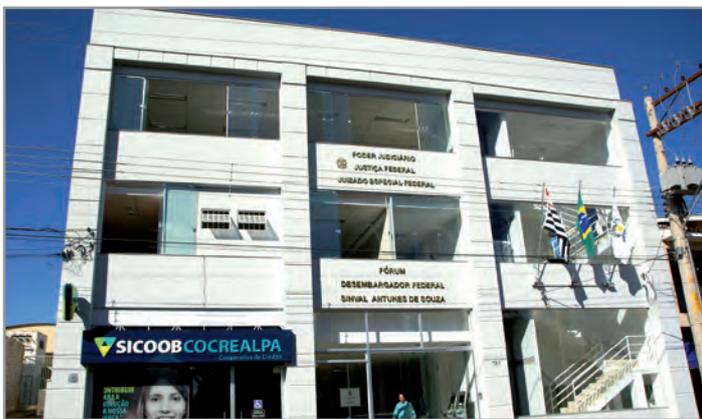


LANÇAMENTOS – No dia 8/11 o juiz federal Renato Lopes Becho (foto), da 10ª Vara de Execuções Fiscais, lançou o livro “Lições de Direito Tributário – Teoria Geral e Constitucional”; já no dia 18/11 foi a vez do juiz federal Leonardo Estevam de Assis Zanini, da 2ª Vara Previdenciária, lançar o livro “Direitos da Personalidade”.

* Assista também o vídeo-reportagem no nosso podcasting no endereço:



www.jfsp.jus.br/podcasting/



JEF/ANDRADINA – O Juizado Especial Federal em Andradina mudou de endereço no dia 30/11. As novas instalações agora estão na rua Santa Terezinha, 785, centro.



JF/JUNDIAÍ – No dia 25/11 foi inaugurada a 1ª Vara Federal mista (processos cíveis, criminais, execuções fiscais entre outros), no mesmo prédio onde funciona o Juizado Especial Federal. Na ocasião, o prefeito da cidade, Miguel Haddad, concedeu um terreno de 7,6 mil m² para a construção da sede própria da Justiça Federal na cidade.



CURSO DE CÁLCULOS – Foi realizado no dia 24/11 o curso “Noções Gerais sobre Cálculos Judiciais Cíveis”, coordenado pelo Núcleo de Cálculos Judiciais da Justiça Federal e voltado para os servidores das varas cíveis que atuam em decisões judiciais envolvendo cálculos.



DOAÇÃO DE LIVROS – A juíza federal Vera Cecília Costa, titular da 2ª Vara Federal em Araraquara/SP, fez a primeira entrega de livros à Secretaria Municipal de Ensino da cidade, dentro de um projeto que visa destinar recursos financeiros provenientes de acordos judiciais para compra de livros voltados ao ensino público.



CIDADANIA – Foi realizada no auditório do Juizado Especial Federal em São Paulo a apresentação do projeto “Acesso à Justiça às Pessoas em Situação de Rua”, tendo como objetivo proporcionar aos moradores de rua o exercício da cidadania e a busca de seus direitos através de medidas tomadas em conjunto por diversos órgãos e entidades. Na foto, as desembargadoras federais Therezinha Cazerta e Suzana Camargo

Entrevista com o Diretor do Foro

Ricardo Acedo Nabarro

Juiz federal desde 1995, Carlos Alberto Loverra completa dois anos na Direção do Foro da Seção Judiciária de São Paulo em março deste ano. Loverra atuou em Presidente Prudente e fez parte da primeira leva de juízes efetivamente lotados nas varas decorrentes da grande interiorização levada a efeito nos primeiros anos da década de 90. Foi juiz auxiliar na vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e na Presidência do Supremo Tribunal Federal, sendo titular da 1ª Vara Federal em São Bernardo do Campo desde 2000. Para falar sobre sua gestão como Diretor do Foro da maior Seção Judiciária do país, concedeu uma entrevista exclusiva para a Justiça em Revista:

Justiça em Revista - O que o senhor encontrou quando iniciou o trabalho na administração no ano de 2010?

Carlos Loverra - No início de meu trabalho, encontrei a administração funcionando de forma satisfatória. Todos os

insumos necessários ao funcionamento das diversas varas da Seção Judiciária de São Paulo vinham sendo adquiridos e distribuídos de forma regular, constatando-se, também, suficiente movimentação de servidores, de forma a atender o quanto necessário. A situação dos prédios vinha sendo enfrentada dentro das forças da administração, com várias obras em andamento, às quais apenas dei prosseguimento e, a estas, procurei adicionar outras que, no meu entendimento, requisitavam melhorias. Tenho que o trabalho do Diretor do Foro pressupõe, necessariamente, a continuidade do que vinha sendo feito na gestão anterior, agregando-se novas frentes de atuação quando as anteriores resultem encerradas, sempre na busca da excelência das instalações, visando à segurança e bem estar dos juízes, servidores e operadores do direito que circulem nos nossos diversos fóruns.

JR - Como é ser Diretor do Foro?

CL - É um trabalho de muita responsabilidade. Aqui em São Paulo temos 42* Subseções Judiciárias e 51* edifícios para administrar, com aproximadamente 4 mil servidores. Entre outras atribuições, temos que tratar de questões envolvendo funcionários que precisam ser removidos de suas lotações, apurar suas eventuais dificuldades, fazer a compra e distribuição de materiais etc. Tudo isso acaba passando pela minha mão, movimentando um grande orçamento. Nisso, porém, posso dizer que sou um privilegiado, pois temos 440 servidores do mais alto nível na Administração Central, atuando nas mais diversas frentes de trabalho, o que me dá muita segurança e tranquilidade.

JR - A adaptação entre o exercício de juiz e administrador foi difícil?

CL - Foi muito difícil. Ao menos no meu caso, a administração da Justiça de Primeiro Grau foi uma experiência absolutamente diversa de tudo que já havia feito. Nunca imaginei me envolver em questões orçamentárias, seleção de imóveis, negociação de contratos, elaboração de procedimentos licitatórios, movimentação de servidores e tudo o mais que envolve o dia a dia do diretor do Foro. Mas, como tudo na vida, o que inicialmente possa parecer impossível passa a ser plausível com o tempo até que se torne corriqueiro. Basta querer.

JR - Com a publicação da Lei 12.011/2009, que determinou a instalação de 230 varas federais em todo o Brasil até 2014, o desafio de administrar a JF/SP ficou ainda maior. De que maneira as inaugurações estão sendo cumpridas no prazo previsto?

CL - Coube a nós procurar os locais para instalar essas



varas. Recebemos do CJF um cronograma que nos obriga a instalar de oito a nove varas por ano até 2014. E o ano mais difícil foi 2010, porque tivemos de instalar nove varas em um período de seis meses. Isso só foi possível graças às prefeituras e aos órgãos apoiadores da Diretoria do Foro. Instalamos desde o início da minha gestão 12* novas varas federais, 3* novas varas gabinete e realizamos 7* mudanças de prédios para instalações mais amplas e adequadas, dentre as quais o novo prédio da Administração Central na alameda Rio Claro, região da Paulista.

JR - O que significa esse crescimento da Justiça Federal?

CL - Acho que o crescimento da Justiça Federal obedece a uma ordem natural. Não se poderia conceber que os nossos serviços, especificamente no estado de São Paulo, continuassem sendo prestados em um único prédio, localizado na Praça da República, como ocorria há 30 anos, obrigando as partes a se deslocarem dos mais longínquos municípios para debater seus direitos em âmbito federal. Há muito já se observava a necessidade de interiorização da Justiça Federal, fazendo-a aproximar-se do jurisdicionado, liberando a demanda reprimida e, com isso, otimizando a distribuição de justiça. Antes tínhamos uma única subseção, hoje temos 42*. E esse número sempre e sempre crescerá, até que um dia, creio eu, a Justiça Federal venha a ter capilaridade similar à da Justiça Estadual.

JR - Como é ser um juiz federal? O que acha da Justiça no Brasil?

CL - O trabalho do juiz é de extrema responsabilidade. De nossa caneta pode sair uma decisão que muda a vida de uma pessoa. A função exige vocação, pois ela é necessária para que o juiz possa decretar uma prisão preventiva, por exemplo, e dormir tranquilo quando chegar em casa. Atualmente estou afastado da jurisdição. Mas vou voltar, pois ainda sou titular da 1ª Vara em São Bernardo do Campo. A carreira de juiz, como um todo, foi sofrendo transformações. Antigamente o juiz era visto como uma pessoa de muita experiência, de idade avançada. Hoje é diferente, ele é uma pessoa mais jovem. Logo que sai da faculdade cumpre o tempo mínimo de atividade exigida pela lei e está apto a prestar concurso e atuar como magistrado. Tenho que eventual falta de vivência não interfere na atuação do juiz. Quem é vocacionado pode perfeitamente atuar. Para além de longas horas de estudo, mestrados, doutorados, o que também é muito importante, acredito que sensibilidade é a palavra chave no dia a dia de um juiz. Na minha opinião, a Justiça no Brasil atende perfeitamente às necessidades do jurisdicionado. Embora seja corrente a imagem de que a Justiça é lenta, o cidadão precisa compreender que o juiz segue a lei. Quem cria a lei é o legislador, não dependendo somente do juiz a resolução rápida do processo. Mesmo assim, em geral, os juizes no Brasil não medem esforços para entregar a prestação jurisdicional o mais rapidamente possível.

JR - Em que momento decidiu ser juiz?

CL - Foi por influência do meu pai. Ele trabalhou no ramo do comércio durante toda a vida e eu trabalhei com ele por doze anos. Meu pai tinha pouco estudo mas gostava muito de Direito, ao ponto de, na juventude, frequentar os salões de Júri para assistir aos debates, e acabou me convencendo a fazer o curso. Depois de formado, não pretendia seguir a carreira. Me formei em 1989 e, algum tempo depois, quando veio o plano Collor, muitas empresas começaram a ter dificuldades, inclusive a do meu pai. Foi então que reassumi minha formação jurídica e comecei a estudar para o concurso. Dali a me apaixonar pelo que faço foi um pulo. Hoje não me vejo fazendo outra coisa.

JR - Como melhorar a relação da imprensa com o juiz?

CL - Eu tenho a maior boa vontade com a imprensa, nunca me importei em atender um jornalista. Claro, temos processos sob sigilo sobre os quais não podemos dar informações. Em nem adianta a imprensa querer detalhes sobre esses casos pois estamos impedidos de atendê-los. Sabemos que a maioria dos jornalistas não é especializada em Direito e, portanto, não são obrigados a entender o "juridiquês", por isso temos uma assessoria de imprensa para auxiliá-los. Entendo que a imprensa é a forma que temos de nos comunicar com nossos patrões que são a sociedade civil. Se procurarmos atender com atenção aos órgãos de imprensa explicando, da forma mais didática possível, o conteúdo e alcance de nossas decisões, muitos mal entendidos e julgamentos precipitados da sociedade sobre o nosso trabalho poderão ser evitados.

JR - Este ano o senhor deixará o cargo de Diretor do Foro. Quais são seus planos para o futuro? Como avalia sua atuação na função?

CL - Meu cargo está vinculado ao do presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que termina neste ano. Depois de deixar a administração pretendo voltar para a 1ª Vara em São Bernardo do Campo, onde sou o juiz titular. A avaliação que faço de minha atuação como diretor do Foro é de que, como já disse, fui um privilegiado. Privilegiado por poder conhecer e trabalhar com pessoas tão sérias e determinadas naquilo que fazem. Privilegiado por poder aprender algo completamente novo e, de alguma forma, poder unir esforços na busca da melhoria dos trabalhos da Justiça Federal de São Paulo. Foi um privilégio poder dedicar parte de mim a esta grande obra. A todos com quem trabalhei, aqui na Administração Central, ao presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a todos os desembargadores daquela Corte, aos meus queridos colegas juizes e servidores, serei eternamente grato pelos momentos de convivência e pela compreensão com as nossas dificuldades em atender, da melhor forma possível, suas necessidades.

(*) Números até dezembro/2011. Para o primeiro bimestre de 2012 estavam previstas, ainda, inaugurações em Santos, Caraguatatuba, JEF/SP, Araraquara, Sorocaba e Ourinhos, além das mudanças do Fórum de Guarulhos e do JEF/Campinas.

Escola de Servidores: garantia de excelência no trabalho

Fernando Coleti

Qualificar, aperfeiçoar e valorizar os servidores para desempenharem suas funções é uma preocupação permanente da Administração da Justiça Federal de São Paulo. Dessa forma, em 29 de setembro de 2011, o juiz federal Carlos Alberto Loverra, diretor do Foro, assinou a portaria 77/2011, que criou a “Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo”.

Até então, o Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento de RH (NUDE) era responsável pelos cursos de capacitação dos servidores da Justiça Federal. Porém, além da promoção destes eventos, o NUDE dividia suas atenções com questões como acompanhamento funcional, psicologia e avaliações.

Percebendo-se a necessidade de criar um setor que tratasse exclusivamente de cursos de capacitação, desenvolvimento e treinamento dos servidores, o diretor da Subsecretaria Judiciária e de Recursos Humanos, Eduardo Manelli Rizzoli, bem como a diretora do NUDE, Cintia Miluzzi, tiveram a ideia da criação da Escola, que foi prontamente apoiada pela Administração.

“O objetivo maior é promover e aprimorar a formação continuada e permanente dos servidores, bem como seu desenvolvimento pessoal e profissional. Iremos oferecer cursos de conteúdo personalizado com formato periódico, regular e sequencial”, afirmou Cintia Miluzzi. De acordo com Eduardo Rizzoli, as pessoas que trabalharão na Escola serão especializadas nas suas atribuições. “Seu corpo de servidores será profissionalizado. Farão cursos de mestrado e doutorado. Além disso, se dedicarão apenas a pensar em capacitação e ações de treinamento”.

Cintia ainda falou sobre algumas vantagens trazidas com a criação do Núcleo. “Os benefícios são amplos e atingem a todos: servidores, magistrados, sociedade e família em razão de que, com a qualificação técnica, aumenta-se a capacidade de trabalho, além de desenvolver as múltiplas necessidades do ser humano, como condições físicas, mentais, afetivas e lúdicas”. Para Eduardo, com a Escola, “teremos melhores meios de pensar nas ações de capacitação. Também conseguiremos ajustar o perfil dos servidores às necessidades da instituição”.

A Escola de Servidores será dirigida por um juiz federal indicado pela Diretoria do Foro (*). Haverá também juízes coordenadores que irão estruturar o setor de acordo com matérias, ações e necessidades. O Núcleo terá um corpo

próprio de aproximadamente quinze servidores e ficará instalado no prédio do Anexo Administrativo da República, no centro de São Paulo/SP. A princípio, os servidores que atuarão na Escola serão aqueles que já trabalham na área de recursos humanos da Justiça Federal.

A portaria 77/2011 ainda estabelece as diretrizes a serem seguidas pela Escola, como racionalizar os recursos destinados à capacitação; alinhar a atuação profissional aos seus objetivos estratégicos, valores institucionais, missão e visão de futuro; promover a contínua valorização dos servidores da Justiça Federal, levando-se em conta as aptidões pessoais e funcionais adquiridas e desenvolvidas; elaborar cursos de formação ministrados na forma à distância entre outros.

Em alguns momentos, a Escola de Servidores irá contratar profissionais e empresas com qualidade reconhecida em sua área, inclusive tendo verba direcionada para este fim. Porém, deve-se privilegiar o fomento de cultura organizacional voltada à elaboração e execução de ações de capacitação por instrutores da própria Justiça.

Não resta dúvida de que a criação da Escola de Servidores é um grande marco para a Justiça Federal de São Paulo. Investir em treinamento e preparação é sempre garantia de crescimento. “Oferecer a capacitação necessária para o exercício das atividades dos servidores garante a realização do trabalho com excelência e em menor tempo, melhorando, inclusive, a qualidade de vida de cada um”, conclui Cintia Miluzzi.



(*) Até o fechamento desta matéria o nome não havia sido indicado

Terceirização do Arquivo

Jefferson Messias

A terceirização da guarda de documentos tem sido utilizada tanto por empresas privadas quanto por órgãos públicos como forma de reduzir custos, utilizar melhor o espaço físico disponível e armazenar documentos em locais preparados e com condições adequadas de organização, segurança, temperatura e limpeza. Pensando nesses mesmos fatores a Justiça Federal em São Paulo deu início à terceirização da guarda de cerca de três milhões de processos que se encontram nos arquivos dos fóruns da grande São Paulo, interior e litoral, incluindo o arquivo geral da Presidente Wilson, os quais serão transferidos para dois novos locais pertencentes à empresa vencedora da licitação.

A transferência desse acervo iniciou-se com a Subseção de Santos, em dezembro de 2011, e segue com um cronograma que inclui a capital e várias outras cidades da Seção Judiciária de São Paulo. O diretor da Secretaria Administrativa, Oscar Paulino dos Anjos, explica que o cronograma priorizou as subseções que teriam novas inaugurações. “Com a transferência dos processos que ocupavam os arquivos dos fóruns, disponibilizamos mais espaço para que novas varas e centrais de conciliação pudessem ser instaladas”.

Outro fator importante é que a transferência dos processos evitará que o sobrepeso resultante da grande quantidade de papel armazenado cause danos nas edificações, como rachaduras e problemas estruturais, ocasionando elevados gastos para a Administração com a reparação dos imóveis. A maioria dos prédios não tem condições de receber e guardar todo o acervo das respectivas subseções, pois não foram projetados para esse fim.

Economia de recursos

Um levantamento feito pela área orçamentária da Administração comprovou, devido a vários fatores, ser mais econômico para a Justiça Federal terceirizar a guarda dos processos. Entre outras coisas, foram levados em consideração os valores gastos em todas as subseções com água, luz, mão de obra, deslocamentos (combustível, pedágio) e o custo da utilização de espaço dos prédios (próprios ou alugados). Com a terceirização haverá uma grande economia em relação às despesas atuais.

Dois novos pólos

A Prado Chaves, empresa vencedora da licitação, disponibilizará dois novos locais para onde serão transferidos os três milhões de processos. Antonio Carlos Khairalla, diretor superintendente da empresa, afirma que o atendimento da grande São Paulo, litoral e Vale do Paraíba será feito a partir do arquivo localizado no bairro da Moóca, em São Paulo.



VANTAGENS DA TERCEIRIZAÇÃO DO ARQUIVO

- Liberação de espaço permitindo a inauguração de novas varas e centrais de conciliação;
- Diminuição da mão de obra hoje em dia utilizada para esse serviço;
- Locais preparados com sistema contra incêndio, temperatura ideal, segurança;
- Servidores que hoje atuam nos setores de arquivo serão direcionados para outras atividades;
- Evitará danos nas edificações com o sobrepeso causado pelos processos;
- Celeridade no atendimento das solicitações de desarquivamento;
- Economia de recursos da Justiça Federal;

O interior será atendido pela base existente em Itupeva – cidade estrategicamente escolhida por situar-se próxima a importantes entroncamentos rodoviários.

Ainda segundo Antonio Carlos, “os arquivos da empresa oferecem infraestrutura especialmente planejada para a atividade de arquivamento, softwares desenvolvidos para a localização, resgate e rastreabilidade de documentos e profissionais com larga experiência na atividade”.

Gerenciamento e o trabalho das varas

Oscar Paulino dos Anjos ressalta que não haverá qualquer tipo de complicação para as varas, pois a solicitação de desarquivamento continuará sendo feita da mesma forma como é atualmente, ou seja, por meio do sistema informatizado. O Núcleo de Arquivo e Depósito Judicial continuará sendo responsável pelo gerenciamento dos processos, pois a terceirização é apenas da guarda. Os responsáveis pelos arquivos das subseções serão os fiscalizadores da execução dos serviços contratados.

Celeridade no atendimento

O maior benefício para o jurisdicionado será a celeridade no atendimento das solicitações de desarquivamento. Os processos serão entregues com menor tempo, principalmente para os grandes fóruns, como os da capital e grande São Paulo. Antes da terceirização o prazo era de 10 (dez) dias para todo o procedimento de solicitação e entrega do processo na vara solicitante. Com a terceirização esse prazo passa a ser de 48 (quarenta e oito) horas úteis e, para os casos urgentes, 12 (doze) horas úteis.

A terceirização da guarda dos processos será benéfica, tanto para a população quanto para a administração, a qual estará ao mesmo tempo economizando uma grande quantidade de recursos, armazenando todos esses documentos em locais mais adequados e oferecendo um atendimento célere para o jurisdicionado.

Marília

Matheus Henrique

Separada da capital por 438 km, Marília é uma das cidades mais importantes do estado. Com uma população de aproximadamente 216 mil habitantes distribuídos em 1.170 km², está entre as quinze maiores populações do interior paulista.

Com apenas 82 anos de idade, a “Capital Nacional do Alimento” já passou por diversos momentos em sua economia. Na década de 30 era baseada na produção de café, que logo seria substituído pelo algodão. Já em meados de 1940 a cidade se firmou como pólo de desenvolvimento da região oeste do estado, quando se obteve um grande crescimento urbano e populacional. Hoje, Marília tem por volta de 50 indústrias alimentícias, o que justifica o apelido.

Outro ponto forte da cidade é a educação. Com três faculdades públicas (UNESP, FATEC e FAMEMA), Marília atrai muitos estudantes da capital e do interior.

Vale destacar uma torcida apaixonada por futebol. O time de futebol local é o Marília Atlético Clube. O clube já foi uma das potências do interior, mantendo-se por muito tempo na elite do futebol paulista.

11ª Subseção Judiciária

Inaugurada em 1994, a 11ª Subseção Judiciária sediada em Marília pode atender mais de 338 mil habitantes espalhados pelas 14 cidades da Subseção. O prédio onde está instalado o Fórum possui uma área construída de aproximadamente 3.000 m², nos quais a Justiça Federal ocupa em torno de 2.500 m² e o restante é utilizado pela prefeitura municipal e pela Caixa Econômica Federal.

O Fórum possui três varas, a Central de Mandados e o Núcleo de Apoio Regional. Constituído por 57 servidores, 17 estagiários e 28 colaboradores terceirizados, possui quatro juízes federais, sendo três titulares e um substituto da 3ª Vara.

Atualmente tramitam na Subseção 7.203 processos (dados de 14/11/11) distribuídos nas três varas existentes. “Graças à eficiência do trabalho realizado

pelos servidores e juízes, houve significativa redução do volume de processos em trâmite nas secretarias”, disse a diretora do Núcleo de Apoio Regional, Maria Sílvia Cabrini.

Perguntado sobre a importância do Fórum para a região, o juiz federal Fernando David Fonseca Gonçalves, diretor da Subseção, respondeu: “A jurisdição federal em Marília, inaugurada em 23/6/1994, tornou viável a pacificação de conflitos que antes ou eram entregues à Justiça Estadual, já assoberbada pelas próprias competências, ou exigiam custosos deslocamentos para a capital. Com a instalação, a proximidade fez efetivo o acesso dos jurisdicionados que demandavam direitos da União, autarquias e empresas federais, facilitando sua defesa quando demandados, assim como atrair outros órgãos (MPF e Polícia Federal), compondo um cenário de regulação que empresta segurança jurídica e torna o ambiente amigável para o desenvolvimento sócio-econômico da região”.

A Subseção em Marília participa dos “Mutirões da Cidadania” que ocorrem nos bairros da cidade, com o intuito de informar e esclarecer as pessoas da comunidade sobre os processos não sigilosos em andamento na Justiça Federal (dentro dos limites legais e éticos). O evento é promovido pela Procuradoria da República.

Localizado no centro da cidade, na rua Amazonas, 527, as ações mais comuns que tramitam por lá são de natureza previdenciária (principalmente para a obtenção dos benefícios de auxílio doença e amparo social) e execuções fiscais.



Fórum da Subseção Judiciária em Marília



“Código Indígena no Direito Brasileiro”

Autor: Luiz Stefanini

O livro, do desembargador federal Luiz Stefanini, traz propostas que visam projetar a organização da matéria do Direito Indígena Brasileiro segundo os seus princípios e à luz do Direito Público e Privado. Além disso, estabelece os valores científicos que substanciam este autônomo ramo do Direito.



“Direitos da Personalidade”

Autor: Leonardo Estevam de Assis Zanini

A obra, de autoria do juiz federal Leonardo Zanini, faz uma análise a respeito da evolução histórica desses direitos no Brasil e suas relações com os direitos humanos e fundamentais, apresentando uma visão objetiva e atualizada da matéria.

CARTAS

Este espaço é dedicado a opiniões, sugestões, elogios e críticas do leitor. Encaminhe o seu texto para: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br ou entre em contato com o Núcleo de Comunicação Social pelo telefone: (11) 2172-6175.

Miguel Jeronimo Ferrante (1920/2001)



Nascido em Rio Branco (AC), em 3 de março de 1920, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Estado do Pará em 1945. Foi nomeado juiz federal, em São Paulo, em 26/6/1968. No período de 1976 a 1977, foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Em 1980, foi nomeado ministro do Tribunal de Recursos e, posteriormente, a partir da Constituição de 1988, ministro do Superior Tribunal de Justiça. Foi também membro fundador da Academia Paulista de Direito. Além de trabalhos jurídicos em publicações especializadas, escreveu artigos e crônicas em jornais e revistas. Publicou quatro romances, entre eles Seringal, que serviu de inspiração à minissérie da TV Globo “Amazônia: de Galvez a Chico Mendes”, de autoria de Gloria Perez, sua filha. Recebeu inúmeras condecorações e medalhas, como a de Mérito Cultural pela Universidade Federal do Acre. Seu nome foi dado ao Juizado Especial Federal da capital.

IMAGEM DA VEZ



“Tirei esta foto em junho quando estive na Ilha de Páscoa. Esses são os 12 moás que já foram restaurados, dos quase 400 que foram esculpidos pelos nativos cerca de 4.000 anos AC. O curioso é que eles estavam espalhados por toda ilha, mas voltados para o mar (em adoração). Após a restauração, na década de 80, eles foram colocados todos juntos para facilitar a visualização pelo turista, mas de costas para o mar!!!”

Graça Maria Mihoto - Analista judiciária aposentada desde maio/2009

Magistrados e servidores podem enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br. As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.



PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO

O projeto PJe foi iniciado no Conselho Nacional de Justiça, em setembro de 2009 em conjunto com os cinco tribunais regionais federais e com o Conselho da Justiça Federal (CJF).

O Processo Judicial Eletrônico, tal como o processo judicial tradicional, é um instrumento utilizado para chegar a um fim: a decisão judicial definitiva capaz de resolver um conflito. A grande diferença entre um e outro é que o eletrônico tem a potencialidade de reduzir o tempo do trâmite processual até sua decisão.

Acesse todos os detalhes deste projeto em www.jfsp.jus.br